TERMO DE COLABORAÇÃO N“ 001224/2022- SESE08-RPP PROCESSO N°: 50.863/202 1

OBJETO: “A colaboração técnica e financeira visando disciplinar os esforços conj untos a serena realizados pelo Município e pela Instituição. para o desenvolvimento complementar da educação pública e gratuita prcstada pela Rede Municipal de Guarulhos. na modalidade “Educação B‹asica

/ Educação Infantil - Creche”. na Unidade sito a Rua Panorama. 147 X Rua Amalrbai. 250 -

.lardim Santo Afonso - Guarulhos / SP- CNPJ 06.967.305/0001-53.

Atendimento de educandos, em período integral, na Modalidade Educação Básica / Educação Infantil - Creche, totalizando 298 vagas, sendo 120 vagas de berçário I e/ou II e 178 vagas de

maternal.

PARTEs: o xuNicí ro DE GUARULHOS. por intermédio da Secretaria de Educação. doravante designada SE, neste ato representada pelo Senhor Secretário de Educação —Alex Viterale de Sousa, consignado nos termos da competência delegada. pela Portaria n‘ 2354/2021 - GP de 06 de julho de 2021 e a Entidade INSTITUTO NACIONAL DE CULTURA E EDUCAÇÃO CIDA POPPI, situada a Rua Gonçalo Ribeiro Corço, ri° 183 - Jardim Fanganiello - São Paulo / SP, C.N.P.J. n° 06.967.305/0001-53. doravante designada ORGANIZAÇ ÃO PARCEIRA, por meio dos seus re}aresentantes legais Sr.(a) Jéssica Braga Costa Santos, Pedagoga, RG n° 44.1ô0.254-8 e CPF“ n“ 364.688.1 48-80, residente e domiciliado à Rua Estcvão Dias Vergara. 744 - Jardim Nossa Senhora do Carmo - CEP 08275-120 - São Paulo - SP ao final qualificados. assinam o presente termo, mediante as seguintes cláusulas e condições, nos Termos da Portaria 63/2021 -SE, com as futuras alterações cjue se flzerem necessárias.

CLÁUSULA PRI ME IRA - DO OBJETO

A presente parceria destina-se ao atendimento de crianças. em período integial. na faixa et/ai ia de até 3 anos e 1 1 meses por meio de unidades escolares. segrHsdo as diretrizes técnicas da Secretaria de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, parte integrante deste termo.

1.1.0 atendimento será inteiramelite gratuito para o usuário.

1.2. O Plano de Trabalho poderá ser refoi’mulado a qualquer tempo, por solicitação de qualquer uma das partes, desde que as alterações ocorram por mútuo assentimento. bem colno não alterem o objeto desta parceria. sendo devidamente justiiJcada pelas partes a necessidade de alteração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA V IG ÊNCI A

2.1- A presente parceria vigorará pelo prazo de 1 2 (doze) meses, de 06/06/2022 a 05/06/2023. admitida sua prorrogação, por meio de aditamento. nos termos do Artigo 9º, parágrafõ 3‘ da Portaria n‘ 063/2021 -SE, com as futuras alterações que se fizerem necessárias.



CLÂUSULA TERCEI RA — DAS U NIDADES ESCOLARES

A ORGANIZAÇÀO manterà em funcionamento uma unidade escolar com as seguintes caracteristicas:

* 1. NOME: INSTITUTO NACIONAL DE CULTU RA E EDU CAÇAO CIDA POPPI.
	2. EN DEREÇO: Rua Panorama, 147 X Rua Amambai, 250 - .Iardim Santo Afonso - Guarulhos

/ SP.

* 1. ATENDIMENTO: 298 CRIANÇAS (carga horària de 10 — dez — horas diàrias). sendo 120 vagas de berçàrio I e/ou II e 178 vagas de maternal.
	2. MODALIDADE DE ATENDTMENTO : Educaçäo Bàsica / Educaçño Infantil — Crèche.
	3. FAIXA ETÀRI A: ATÉ 3 (TRES) ANOS E 11 MESES.
	4. VALOR DO “PER CAPITA”: R$ 645.98 (seiscentos e quarenta e cinco reais e novcnta e otto centavos), por vaga, acrescido de R$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) por ci’iança atendida em berçàrio I e/ou II.
	5. VALOR MENSAL : R$221.902,04 (duzentos e vinte e um mil. novecentos e dois reais e quatro centavos).
	6. VALOR PARA IMPLANTAÇÄO DA UNIDADE ESCOLAR: R$ 221.902,04 (duzentos

e vinte e urn mil. novecentos e dois reais e quatro centavos). sendo o contido dentro deste valor. a verba para aquisiçào de bens permanentes de R$201.930,86 (duzentos e um init. novecentos e trinta reais e oitenta e seis centavos). de acordo com o Plano de Trabalho.

* 1. VALOR MENSAL DO ACRÉSCIMO PARA CUSTEAR LOCAÇÄO: R$ 15.000,00 (quinze mil reais) + IPT U: R$ 0,00 (zero reais) - (em PARC ELAS ).
	2. VALOR DO REPASSE QUADRIMESTRAL : R$ 887.605, 1 6 (oitocentos e oitenta e sete mil. seiscentos e oito reais e dezesseis centavos).
	3. VALOR DO REPASSE QUADRIMESTRAL (Liberado em Maio e Setem bro — conforme art. 29, parägrafo 2‘, da Portaria n° 063/2021-SE - com acréscimo de 50\*/› do valor correspondente a 01 mês): R$ 998.559,18 (novecentos e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos), sendo o contido dentro deste valor: R$ 887.608,16 (oitocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e otto reais e dezesseis centavos) — correspondante ao subsidio para manutençäo da unidade escolar e R$ **1 10.951,02** (cento e dez mil, novecentos e cinquenta e um reais e dois centavos), assim distribuidos: 20% para aquisiçäo de bens permanentes correspondente a R$ 22.190,20 (vinte e dois mil, cento e noventa reais e v inte centavos) e a diferença correspondente a R$ 88.760,82 (oitenta e oito mil. setecentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos), para demais despesas, conforme quadro abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
|  | ***Perioda de liberaçdo -2022Z2023*** |
| *Refmsse* | *Setenihro/2ü22* | *Maio/2ü23* |
| *Permanente* | R$ 22.190.20 | R$ 22.1 90.20 |
| *Consumo* | R$ 88.760,82 | R$ 88.760, 82 |

* 1. VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO: R$ 3.286.628,56 ttrês milhões. duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos).
	2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos financeiros encontram respaldo no orçamento anual. nos termos confirmados pelo Ordenador da Despesa, onerando as seguintes dotações orçamentárias:

N° 1480-0810.1236500062.035.11.2100000.335039.005

N° 2616-0510.1236500062.035.01.2100032.445039.005

* + 1. — DADOS BANCÁRIOS :

Os recursos financeiros destinados à execução do objeto deste Termo de Colaboração serão liberados a crédito de conta especifica, em nome da entidade parceira e vinculada ao presente instrumento, devendo ser movimentada somente para pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho. em confõrmidade com o artigo 53 da Lei Federal n° l 3.019/2014, com as alterações da Lei Federal n° l 3.204/2015, não sendo aceitos pagamentos em cheques e/ou em espécie, salve com autorização préx ia, quando demonstrada a impossibilidade flsica. nos termos do §2° do Art. 53, da Lei Federal n° l 3.019/2014, com as alterações da Lei Federal n° 13.204/201 5. sem qualquer exceção:

Instituição Bancária: Banco do Brasil Agência: 1535-0

Conta **Corrente:** 26.611-6

CLÁ USULA QUARTA - DAS COMPE TÊNCI AS E OBRIGAÇÕES

* 1. Compete à SEC RETARIA DE EDUCAÇÂO :

I - Designar o Gestor da Parceria. bem como a Comissão de Monitoramento e Avaliação objetivando o monitoramento e a avaliação do objeto da parceria;

Il. Supervisionar. técnica e administrativamente, o atendimento previsto no termo de colaboração, desde a sua implantação:

1. lndicar parâmetros e requisitos necessários ao funcionamento da unidade educaciona:l
2. Promover orientação pedagógica, técnica e administrativa relacionadas ao cumprimento das metas do Plano de Trabalho:
3. Fornecer por intermédio do Departamento de Alimentação e Suprimentos da Educação de acordo com os padrões. oi‘ientações e sistemática por ela estabelecidos, gêneros alimentícios necessários à alimentação das crianças;
4. Acompanhar e fiscalizar o adequado uso das verbas repassadas, o cumpi imento das cláusulas da Parceria e a execução do Plano de Trabalho aprovado;
5. Emitir Termo de Entrega referente à relação dos bens cedidos pela Secretaria de Educação, devidamente caracterizados e identificados, que será necessariamente anexado ao processo administrativo correspondente. do qual conste o recebimento pelo representante legal da Organização:

VII1. Gravar com cláusula de inalienabilidade os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da parceria ou fornecidos pela Secretaria de Educação ;





Rubrica F1s.

Class if. PA N°

1. Emltir Relatório mensal sobre a qualidade dos serviços prestados pela Organização. visando assegurar o cumprimento do contido no Termo de Colaboração e no Plano de Trabalho. com énfase nas metas e atividades propostas ;
2. Indicar prazo para adoção de providências necessárias, no caso de constatação de

irregularidades;

1. Emitir parecer técnico conclusivo para celebração/aditamento da parceria mediante a análise e regularidade de toda a documentação exigida e atendimento às disposições legais vigentes.
2. Avaliar o custo locatício. quando o repasse também servir para este mm. verificando a compatibilidade do valor da locação com os valores e índices praticados no mercado. de acordo com a região. sem prejuízo de eventuais outros elementos que sejam entendidos como pertinentes:
3. Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto. no caso de paralisação.

de modo a evitar sua descontinuidade.

* 1. Compete à Organização:
1. Prestar atendimento de acordo com o Plano de Trabalho apresentado e aprovado e aplicar os recursos financeiros exclusivamente no cumprimento do seu objeto, não se admitindo qualquer desvio de finalidade;
2. Proporcionar condições de acesso à população, sem discriminação de nenhuma natureza:
3. Ef’etuar obrigatoriamente, para as funções de caráter permanente, a contratação de pessoal pelo regime celetista, atentando-se a qualificação e quantidade suficiente à prestação do atendimento, de acordo com quadro de RecuTsoS Humanos apresentado no plano de trabalho além das orientações técnicas da Secretaria de Educação comprometendo-se a cumprir a legislação vigente, em especial à trabalhista e previdenciária;
4. Proceder ao gerenciamento administrativo. íinancciro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e de pessoal;
5. Manter Recursos Humanos. materiais, equipamentos e serviços adcquados e compatíveis. visando o atendimento, objeto desta parceria, bem como alcançar as metas propostas no Plano de Trabalho, na conformidade da legislação vigente:
6. Arcar com as despesas decorrentes de:
* Pagamento do aluguel. encargos, impostos e taxas que possam incidir sobre o imóvel. quando for o caso;
* Cobertura de gastos com reforma e ampliações, quando tõr o caso;
* Complementação de eventuais despesas que ultrapassem o valor do "per capita" tixado;
1. Garantir aos usuários, funcionários e comunidade o acesso às informaçõcs contidas no Plano de Trabalho e no Termo de Colaboração, de forma a subsidiar a avaliação do atendimento prestado;
2. I. Manter, pelo prazo de 10 t dez) anos, registro das provas de aplicação dos recursos. assim como notas fiscais e demais demonstrativos das despesas, os quais permanecerão à disposição dos órgãos públicos competentes para sua eventual apresentação quando solicitada;



1. Prestar contas das verbas repassadas nos prazos estabelecidos nas cláusulas específicas:
2. Entregar, nos prazos estabelecidos pela Secretaria de Educação, informações. relatórios e documentos solicitados para garantir o atendimento, acompanhamento e avaliação da parceria;
3. Atender às orientações previstas pela Secretaria de Educação. quanto aos procedimentos para

oferta às crianças de alimentação equilibrada e saudável ;

1. Cumprir o Calendário Escolar publicado anualmente em Diário Oficial do Município;
2. Confeccionar‘ a placa com as informações da parceria firmada. de acordo com as orientações da Secretaria de Educação e colocar em local visível e frontal na unidade escolar;
3. Fazer constar em todas as suas publicações, em seu sítio na internet. caso mantenha. em

sua sede social. nos materiais promocionais e de divulgação de suas atividades e eventos da unidade escolar, informações sobre a Parceria celebrada com a Secretaria de Educação:

1. Comunicar a Secretaria de Educação toda c qualquer alteração ocorrida em seu Estatuto.

mudanças na diretoria ou substituição de seus membros; mudança de endereço e demais alterações relevantes para parceria;

1. Abster-se do uso dos recursos financeiros repassados pela Secretaria de Educação para

outros fins que não os previstos. nem especificados no Plano de Trabalho aprovado;

1. Zelar e manter o prédio, os equipamentos e os materiais em condições de higiene, segurança e uso, de forma a assegurar a qualidade do atendimento;
2. Zelar pelo mobiliário e imóvel próprio municipal. quando for o caso, mantendo-os cm

condições adequadas de uso e funcionamento, responsabilizando-se pela manutenção, reparos e reposição:

1. Garantir o pagamento das contas referentes às concessionárias de serv’iços públicos. com recursos da parceria, conforme previsto no Plano de Trabalho;
2. Responsabilizar-se pela instalação de linha telefonica e acesso à internet na unidade escolar:
3. Devolver, ao término da parceria, todos os bens móveis públicos municipais que se encontrem em seu poder. assumindo. o representante legal da Organização, a condição de FIEL DEPOSITÁRI O destes;
4. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, tiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública;
5. Recolher mensalmente, no mínimo, 21,57% sobre o total das despesas mensais com recursos humanos, a título de provisão/fundo de resei’va em conta poupança específica, com intuito de assegurar pagamentos referentes ao 1 3º salário, à remuneração de ferias anuais acrescidas de 1/3 e aos encargos, férias e 1 3º salários oriundos de rescisões trabalhistas.
6. Restituir, ao final da parceria, o saldo financeiro não utilizado de todas as verbas repassadas, inclusive saldo do fundo de reserva aludido no inciso anterior.
7. Garantir o livre acesso dos agentes da administração pública, do Controle Interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e as inlõrniações relacionadas ao Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto.
	* 1. Quando se tratar de celebração de parceria em continuidade o saldo financeiro sera transt’erido para a nova parceria.
		2. As unidades escolares da rede parceira poderão adquirir bens permanentes com as Verbas repassadas, caso em que esses bens deverão ser objeto de doação e incorporação à Secretaria de Educação, na ocasião da prestação de contas parcial, sob pena de desconto do valor do bem não

incorporado.

* + 1. A Organização deverá apresentar anualmente o Inventário de Bens Permanentes adquiridos

com recursos da parceria.

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR

As unidades escolares deverão prestar atendimento por um período de 5 (cinco) dias por semana. de segunda a sexta-feira, corri carga horária disciplinada em Portaria especifica a ser elaborada levando-se em conta infõrmações produzidas pelo setor responsável pela Demanda Escolar.

CLÁUSULA SEXTA - DAS FÉRIAS e RECESSO ESCOLAR

A Organização concederá férias e/ou recesso aos profissionais das unidades escolai’es conforme especificado no calendário anual de atividades a ser publicado periodicamente pela Secretaria de Educação. com possibilidade de atendimento nos períodos de janeiro e julho de acordo com as necessidades das famílias. nos moldes da legislação específica.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO "PER CAPITA"

A verba mensal per capita destina-se à cobertura de despesas descritas no Plano de Trabalho e constantes do Manual de Cooperação Técnica e Financeira para o Desenvolvimento Complementar do Ensino Público e Gratuito, disponibilizado no portal (http://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br).

O repasse QUADRIM ESTRAL de recursos será calculado mediante a multiplicação do número de crianças atendidas no trimestrc pelo valor fixo "per capita", que será definido em Portaria específica da Secretaria de Educação. publicada no Diário Oficial do Município.

* 1. Para fins de pagamento, as transferências de crianças que ocorrerem nos últimos 5 dias uteis do mês só surtirão seus efeitos. de desligamento e matrícula. a partir do 1° dia útil do mes subsequente.
	2. Poderá ser previsto no Plano de Trabalho, acréscimo no repasse mensal para tlns de custear as despesas de locação do imóvel onde funcionará a unidade escolar e o respectivo I PTU, quando for o caso.
	3. O repasse. referente ao acréscimo para fins de custodiar as despesas de locação. ocorrerá em até quinze dias úteis da assinatura do Termo de Colaboração, desde que a Organização apresente cópia do contrato de locação devidamente assinado. em até cinco dias.
	4. E vedada a utilização do repasse inicial para despesas com adequação do imóvel utilizado para o funcionamento da unidade escolar.
	5. Os repasses ieferentes aos meses de MAIO e SETEMBRO serão acrescidos de 50% do x’alor mensal estabelecido no termo de colaboração e deverão ser gastos de acordo com o prec isto no parágrafo único do artigo 29 da Portaria 063/2021-SE, com as futuras alterações que se fizerem necessárias.



CLÁUS ULA OITAVA - DO PAGAMENTO

O repasse quadrimestral ocorrerá nos tei’mos previstos nos artigos 29 a 32 da Portaria 063/202 1 - SE, com as futuras alterações que se fizerem necessárias.

CLÁUSU LA NONA — DOS DESCONTOS

Deverão ser descontados:

1. os saldos remanescentes não gastos no ano civil, em que não haja autorização especifica para

sua utilização no exercício subsequente;

1. as despesas com Recursos Humanos, nos casos em que não esteja em conformidade com o proposto no Plano de Trabalho, respeitado o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a nox’a contratação;
2. o › alor correspondente à suspensão do atendimento não justificado pela Organização Parceira:
3. valores relacionados a metas e notificações.

resultados descumpridos. após esgotados os prazos de

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ADITAMENTO

Por acordo entre as partes. o termo de colaboração poderá ser aditado nos termos do Artigo 40 da Portaria 063/2021-SE, com as futuras alterações que se fizerem necess árias.

**10.1.** Nos casos de pedido de aditamento do termo de colaboração, deverá ser apresentada a documentação comprobatória e pertinente ao motivo do aditamento, bem como os respectivos ajustes ao Plano de Trabalho, devendo o processo ser instruído com a proposta de aditamento da Organização, dirigida à Secretaria de Educação, nos termos do Artigo 41 da Portaria 063/2021- SE. com as futuras alterações que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCI MA PRI ME IRA — GESTÃO, MONI TORAMENTO E AVALIAÇÃO

As açoes de monitoramento e avaliação da parceria, de responsabilidade da Secretaria de Educação, nos termos dos artigos 42 a 50 da Portaria 063/2021-SE. corri as uturas alterações que se fizerem necessárias, visam à qualidade do atendimento às crianças e a correta execução dos recursos repassados à Organização, segundo o plano de trabalho aprovado e o terno de colaboração.

CLÁUSULA DÉCI MA SEGUNDA - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pela Organização deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, nos termos dos artigos 5 l a 63 da Portaria 063/2021 -SE. com as futuras alterações que se fizerem necessárias.

12.1 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL- QUADRI MESTRAL

A Organização parceira deverá apresentar a prestação de contas parcial ao término de cada trimestre do ano. em regime de competência. que será composta ao menos pelos documentos previstos no artigo 55 da Portaria 063/2021-SE, com as futuras alterações que se fizerem necessárias.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos, ou quaisquer questões oriundas do presente Termo de Colaboração, que não possam ser resolvidos pela mediação administrativa, os partícipcs elegem a Comarca do Município de Guarulhos.

E, por estarem concordes. é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor. o qual, lido e achado conforme, é assinado pelas partes abaixo identificadas sendo uma via arquivada na Divisão Técnica de Gestão de Convênios e uma cópia para a entidade.

Guarulhos. em 06 de junho de 2022.

*'x Viteriile*

Secr do de E ucaçao

*ss a Brag "os Santos*

RG: n 44.160 284-8

CPF: n° 364.688.148-80 INSTITUTO NACIONAL DE CULTf/RA

E EDUCAÇÃO CIDA POPPI



Rubrica Fls.

C lassif. PA N°.

**ANEXO RP-09** - **REPASSES AO TERCEIRO SETOR** - **TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO**

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO (A): Município de Guarulhos / Secretaria da Educação

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: INSTITUTO NACIONAL DE CULTURA E EDUCAÇÃO CIDA POPPI

TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO N° (DE ORIGEM): 001224/2022-SESE08 -RPP

OBJETO: *Colaboração Técnica e Financeira visando disciplinar os esforços conjuntos* a *serem realizados pelo Município e pela Instituição, para o desenvolvimento complementar da educação pública e gratuita prestada pela Rede Municipal de Guarulhos, na modalidade*

*Educação Básica / Educação Infantil — Creche.* VALOR TOTAL DO AJUSTE: R$ 3.286.628,56 VIGÊNCIA: 06/06/ 2022 á 05/06/2023.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. **Estamos CIENTES de que:**
2. o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
3. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução n° 01/2011 do TCESP;
4. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando- se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
5. as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP — CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções n°01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);



Rubrica

Fls.

C lassit. PA

N°.

1. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
2. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente

publicação;

1. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Goaro//ios, *06 de junho de* 2022. AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO :

Nome: *Gustavo Henric Costa*

Cargo: *Prefeito*

CPF. *313.006. 468-02*

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: *Alex Viterale de Sousa* Cargo: *Secretário de Educação* CPF: *373.406.318-36*

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: *Jéssica Braga Costa Santos*

Cargo: *Presidente*

CPF: *364.* 688. 148-80

Res onsáveis ue assinaram o a“uste e/ou arecer Conclusivo: PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEI

Nome: *Alex Viterale de Sousa* Cargo: *Secretário de Educaçã* CPF: *373.406.318-36*

Assinatura:

Res onsáveis ue ”assinaram o a”uste lou resta ão de contas: PELA ENTIDADE PARCEIRA :

Nome: *Jéssica Braga Costa Santos*

Cargo: *Presidente*

CPF *364.688 148-80*

Assinatura:

e regimentais,